

ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS: SUPORTES CULTURAIS E ECOAMBIENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL EM SANTA CATARINA - BRASIL¹

Yolanda Flores e Silva²
Paulo dos Santos Pires³
Paula Renata Machado e Silva⁴

RESUMO: Esta comunicação é uma síntese dos resultados de pesquisa financiada pela Fundação de Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC), numa continuidade a outras pesquisas com financiamento UNIVALI e CNPq de 2005 – 2009 em municípios catarinenses. O objetivo norteador da pesquisa foi o de caracterizar a atuação e os suportes/apoios oferecidos por organizações comunitárias privadas e públicas a municípios do território Catarinense com propostas de turismo rural de base comunitária. O percurso metodológico teve aporte qualitativo e compreendeu: coleta bibliográfica e documental com visitas técnicas a comunidades importantes das mesorregiões 5 e 6 (microrregiões de Tubarão e Tabuleiro) que integram hoje as rotas de turismo rural com base comunitária (segmento Agroturismo) nas Encostas da Serra Geral Catarinense. A análise dos resultados foi segundo os preceitos de Minayo com descrição, exposição e interpretação dos dados à luz de referencial teórico pertinente e observações 'in loco'. Ao final obtivemos a história das organizações comunitárias mais importantes para o território das Encostas da Serra Geral e regiões vizinhas, com suas funções e papéis, suportes e apoios de natureza cultural e ambiental e as ações que tornaram possível as transformações no desenvolvimento social, educacional e econômico das famílias agricultoras.

Palavras – chaves: Turismo Rural. Organizações Comunitárias. Suporte Cultural. Suporte Ecoambiental. Desenvolvimento Local.

1 INTRODUÇÃO

Os resultados de parte da pesquisa que resultou nesta comunicação é fruto de uma trajetória de investigações do grupo de pesquisa Turismo, Espaço e Sociedade (TES) no território das Encostas da Serra Geral Catarinense ao longo dos últimos quinze (15) anos do Mestrado em

¹ Esta pesquisa contou com vários pesquisadores e colaboradores nas suas diferentes etapas de coleta e análise dos dados. No relatório final e em cada trabalho gerado do mesmo, conforme a especialidade e o contexto de participação seus nomes serão incorporados a estas produções científicas.

² Enfermeira / Antropóloga – Doutora em Filosofia da Saúde (UFSC). Docente do Mestrado em Turismo e Hotelaria da UNIVALI, e-mail: yolanda@univali.br.

³ Engenheiro Florestal – Doutor em Geografia (USP). Docente do Doutorado em Administração e Turismo e do Mestrado em Turismo e Hotelaria da UNIVALI, e-mail: pires@univali.br.

⁴ Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Pesquisa Turismo, Espaço e Sociedade (TES), e-mail: paulinhah_ms@hotmail.com.

Turismo e Hotelaria da UNIVALI. A pesquisa ocorreu de 2009 – 2012 com financiamento da Fundação de Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC), tendo como objetivo norteador caracterizar a atuação e os suportes/apoios oferecidos por organizações comunitárias privadas e públicas a municípios do território Catarinense com propostas de turismo rural de base comunitária que associam sua produção agrícola a prestação de serviços de hospedagem e alimentação, num segmento do turismo rural denominado de agroturismo.

Vale ressaltar que este tipo de organização comunitária criada para o auxílio e a sustentação do turismo com base comunitária em território rural ocupado por agricultores, indígenas, grupos quilombolas e trabalhadores extrativistas, é um fenômeno que nasce em 1980 na América Latina, direcionado a um turismo especializado na vivência de culturas tradicionais de grupos sociais excluídos da lógica econômica convencional (Maldonado apud Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009).

Este modelo de turismo segue uma dinâmica que tem por base novos paradigmas e objetivos, entre estes está à organização e a preservação do patrimônio cultural, ambiental e do capital social das comunidades tradicionais. Com isto as populações tradicionais das pequenas comunidades, não precisam migrar para os centros urbanos em busca das oportunidades que não encontram na região que moram e trabalham. Associados a essas organizações, as populações lutam para que o poder público de seus territórios além de incentivar e auxiliar nos arranjos produtivos que envolvam a associação agricultura e turismo ofereça educação, serviços e estruturas básicas de saúde, entre outras possibilidades (Blanco apud Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009).

Considerando esse contexto, é possível perceber que a criação de organizações comunitárias em uma região voltada para a agricultura familiar, como das Encostas da Serra Geral Catarinense demonstra que a população local está unida para garantir seu espaço no Estado e conseqüentemente a sua inclusão nas decisões relativas ao desenvolvimento local e regional dos municípios em que estas têm atuação (Cunha Lima, Oliveira & Silva, 2011).

Foi a partir desta premissa que a investigação sobre estas organizações aconteceu. Muitos foram os objetivos específicos, mas, para o trabalho que ora apresentamos decidiu-se por

apresentar os resultados dos dois objetivos mais significativos: a descrição dos suportes cultural e eco-ambiental que servem como insumo e atrativo para o turismo na região.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A etapa documental/bibliográfica ocorreu de março a dezembro de 2010, segundo premissas da abordagem qualitativa. Para esta proposta em particular se fez a seleção de documentos e bibliografias segundo os temas tratados da pesquisa (palavras chaves do resumo) em bancos de dados eletrônicos e arquivos públicos das Secretarias de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Santa Catarina, das prefeituras dos municípios selecionados das mesorregiões 5 e 6 (no tópico sobre a abrangência geográfica se explica melhor como esta seleção ocorreu) com registros de atividades turísticas no meio rural, das organizações mais atuantes e de artigos, teses e dissertações sobre o tema, encontrados nos bancos de dados do SCIELO, PORBASE, CAPES, OAISES e IBICT. Foi nesta etapa que após a organização sistemática de todos os documentos e bibliografias que se iniciou: a leitura sistemática do material impresso, categorização do material por temas, descrição dos resultados com uso de quadros, imagens e referencial teórico relacionado.

A etapa do trabalho de campo e análise dos dados ocorreu em dois momentos: de janeiro a março de 2011 e de novembro a abril de 2012, quando já iniciada a análise da etapa anterior. Esses municípios, assim como os informantes, foram selecionados após a coleta de todos os dados documentais sobre os municípios e as organizações que atuam em suas sedes. Os instrumentos [roteiros de entrevistas + diário de observações] foram elaborados durante a pesquisa documental / bibliográfica. As análises dos dados de campo ocorreram concomitantes com as visitas aos municípios e sua análise foi realizada com referencial de Minayo (2007), associando dados oficiais aos dados discursivos conseguidos via entrevista.

Importante esclarecer que esta pesquisa seguiu todos os trâmites relativos às normas do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVALI: apresentação da proposta as instituições e pessoas que desejávamos ter conosco como informantes, garantia de anonimato e o direito de desistir de participar da pesquisa sem ônus a sua pessoa e /ou instituição, discussão dos resultados em

seminários sobre o assunto, bem como o compromisso de deixar em cada instituição uma cópia do relatório final e de todas as produções resultantes da investigação.

3 TURISMO: TURISMO RURAL E AGROTURISMO

A modernização agrícola e as novas necessidades que surgem no país exigem das pequenas famílias agricultoras um novo processo de trabalho no campo, com uma tendência cada vez maior de ofertar produtos mais 'limpos' como os orgânicos, de se unir a outros grupos familiares para a formação de agroindústrias, com um redirecionamento das tarefas agropecuárias e não agropecuárias chegando ao que hoje se considera como 'pluriatividade'. Para Carneiro e Maluf:

A pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícolas, mas é também uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias. O fenômeno da pluriatividade exige, assim, que se oriente o olhar para a resultante dessas duas forças: de um lado, a relação dos agricultores com o ambiente social e, de outro a dinâmica interna da organização social dessas unidades produtivas de caráter familiar (Carneiro & Maluf, 2007, p.2).

Na perspectiva apresentada a pluriatividade, surge como uma nova possibilidade de aumento na renda familiar, associando trabalhos agrícolas ao turismo rural e outros segmentos do turismo realizados em espaços rurais, tais como o ecoturismo, o turismo de natureza, o turismo de contemplação e o agroturismo.

O fenômeno da pluriatividade no espaço rural em todas as suas vertentes, não é muito distante da prática turística urbana que se afirma como atividade no século XX, após a Segunda Guerra Mundial como consequência da produtividade empresarial, do poder de compra das pessoas e restauração da paz no mundo. Tanto quanto o turismo urbano, o turismo rural é apontado como um gerador de rendas em todo o mundo, capaz também de promover a revitalização e a preservação dos espaços materiais e imateriais e históricos culturais de comunidades tradicionais. Nesse sentido o turismo assume papel de destaque no desenvolvimento econômico gerando novos empregos e ampliando os debates sobre a sua responsabilidade acerca do meio ambiente natural e edificado (Silva, Cunha Lima & Oliveira, 2010; Oliveira & Silva, 2008; Arnhold Júnior, 2006).

O turismo pode também assumir e ser definido considerando outras perspectivas e manifestações, entre estas está o segmento no meio / espaço rural. O turismo rural conforme aponta Silva (2007), é um segmento recente na exploração turística com características voltada à cultura local, aos costumes típicos, a vida social e sua interação com o meio rural, alojamentos nas próprias residências dos moradores locais, interação com o modo de vida local. Ruschmann e Solha apontam ainda que:

A melhor definição de turismo rural, apoiada pela Associação Brasileira de Turismo Rural - ABRATURR é a que conceitua como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (Ruschmann & Solha, 2004, p. 49).

O turismo rural teve seus primeiros registros no final do século XIX na Europa – Suíça e Áustria. Somente a partir dos anos cinquenta aparece como uma atividade planejada principalmente na Itália, Espanha e França decorrente do desenvolvimento econômico dos países industrializados e da democratização dos direitos à férias dos trabalhadores (Selva, 1998). Na Grã-Bretanha e em Portugal, bem como em outros países, a prática do turismo no espaço rural e hospedagem fica fortalecido com a valorização da cultura e história com a presença da arquitetura, arte antiga e medieval, assim como as vinícolas e culinárias (Tulik, 2003).

No Brasil este formato / segmento turístico é uma prática recente surgido na década de 80 em Lages/SC, município localizado no planalto catarinense. O turismo rural iniciado em Lages vai disseminando-se segundo Portuguez (1998, p. 237) “por diversos Estados da federação, como no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e também no Espírito Santo [...]”. Atualmente, a atividade do turismo rural tem apresentado significativa expansão com vários subsegmentos agregados. Dentre os subsegmentos que se originam a partir do turismo rural, temos o agroturismo, uma modalidade que hoje levanta muitos debates e discussões, face as suas múltiplas facetas que se bem empregadas podem gerar não apenas melhorias e diminuição no êxodo rural, mas, também possibilitam a visibilidade do agricultor familiar frente as sociedades urbanas. Para Graziano da Silva e colaboradores o agroturismo é um conjunto de:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade em maior ou menor intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra extra (Graziano da Silva et al, 2007, p. 8).

Para Tulik (2007, p. 8), o agroturismo é uma “derivação do Turismo Rural, que caracteriza-se por sua interação mais afetiva do turista com a natureza e as atividades agrícolas”, é também uma possibilidade concreta de incremento de renda para as pequenas famílias agricultoras que somente com as atividades primárias agrícolas dificilmente conseguiriam sobreviver. Também é uma possibilidade da permanência na área rural, ainda que isto resulte em um rol de múltiplas atividades (pluratividade).

Em Santa Catarina, o agroturismo nasceu da formação de organizações comunitárias locais, ‘ONGs’ do tipo associações e/ou cooperativas. Nestas organizações a política de apoio ao turismo rural começa pela manutenção e conservação do ambiente natural e o resgate da identidade cultural. Outro elemento importante de discussão no agroturismo é a geração de novas oportunidades para todos, o que implica desenvolver consciências solidárias e ativas (Oliveira, 2009), a fim de se evitar: a) A degradação ambiental; b) A degradação da cultura local; c) O aumento de demanda por serviços públicos, competindo com o atendimento da comunidade local; d) A inclusão e exclusão de áreas e regiões podendo levar ao êxodo rural nas áreas excluídas; e) O aumento da criminalidade; f) O abandono das atividades agropecuárias; g) O aumento no custo de vida das comunidades residentes em função do aumento no custo das mercadorias e dos serviços, e do preço das terras, resultante da especulação imobiliária (Almeida & Riedl, 2001, p. 165).

Para que se possa ter um mínimo de impacto negativo é de importância fundamental a participação das comunidades e das populações nativas, dos grupos sociais (organizações comunitárias de natureza pública e privada) no processo de desenvolvimento local, a fim de intensificar o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida das comunidades. “É um

processo emergente de fortalecimento endógeno, que deverá surgir a partir das iniciativas e do dinamismo das próprias comunidades locais” (Rodrigues, 2007, p. 94).

4 ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS E SUPORTES CULTURAL E ECOAMBIENTAL

Em 1968 o IBGE instituiu e instalou 361 unidades regionais homogêneas, com o objetivo de desenvolver no Brasil um grande censo demográfico. Santa Catarina foi dividida em 06 mesorregiões do IBGE: Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Região Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense. Conforme o IBGE entende-se por mesorregião:

Área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e lugares, como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 2000, p. 5).

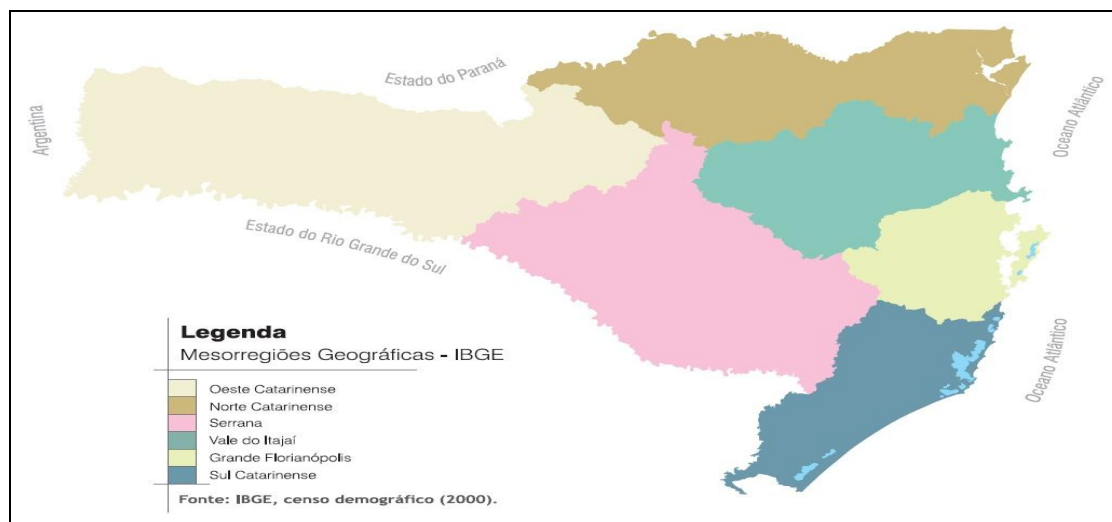


Figura 1: Mesorregiões de Santa Catarina
Fonte: Atlas Virtual de Santa Catarina – SPG (2008)

IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

Ainda em 1968, o IBGE criou dezesseis (16) microrregiões homogêneas no Estado de Santa Catarina e, em 1990, mais quatro (04). De acordo com o IBGE:

As microrregiões geográficas constituem uma divisão territorial, tanto para fins didáticos quanto estatísticos. Compreendem o agrupamento de vários municípios que apresentam, entre si, características naturais e socioeconômicas semelhantes (IBGE, 2000, p.15).

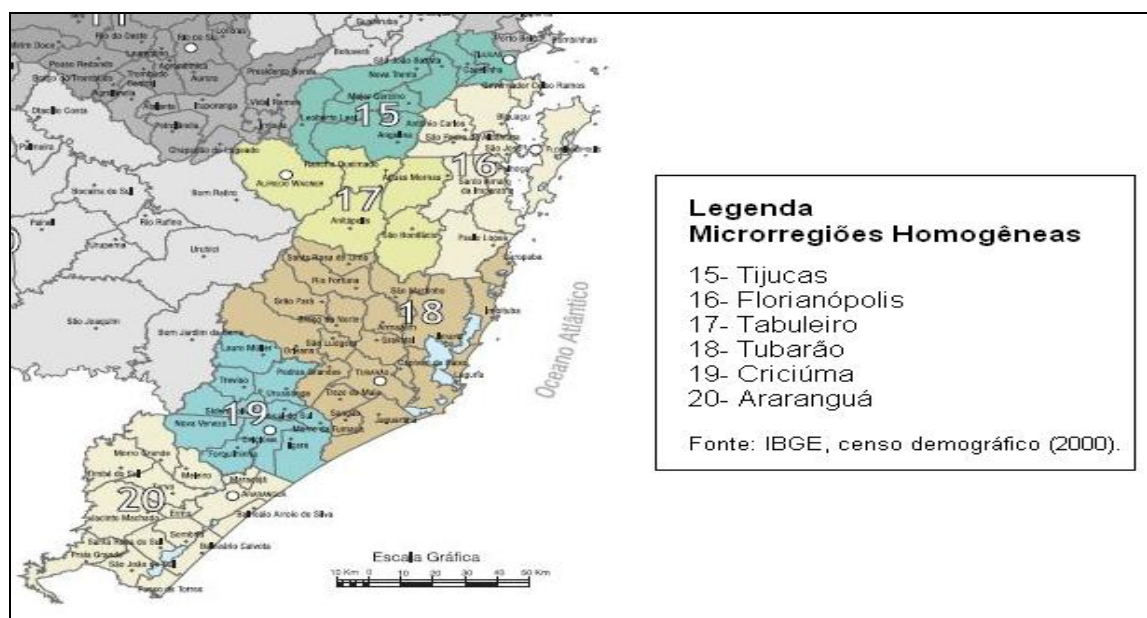


Figura 2: Microrregiões de Santa Catarina
Fonte: Adaptado do Atlas Virtual de Santa Catarina – SPG (2008)

O território das Encostas da Serra Geral Catarinense, *locus* da investigação ora concluída, faz parte das Mesorregiões 5 e 6 (Microrregiões do Tabuleiro e de Tubarão), retratado no Quadro 01 com as suas microrregiões e os respectivos municípios, dentre eles, em amarelo, os selecionados para a coleta de dados por meio de documentos, bibliografias, entrevistas e observação. Ressalta-se aqui que a seleção destes municípios ocorreu considerando os seguintes critérios: fazer parte das Encostas da Serra Geral do ponto de vista geográfico e político com efetiva participação nas organizações que discutem as questões e problemas da região, possuir documentos com dados sobre o envolvimento do município e da população local com as parcerias solidárias ligadas a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC) e a Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO).

MR	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIOS
MESORREGIÃO 5	Microrregião de Florianópolis	Antonio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.
	Microrregião de Tabuleiro	Águas Mornas, Alfredo Wagner, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio.
	Microrregião de Tijucas	Angelina, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas.
MESORREGIÃO 6	Microrregião de Araranguá	Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.
	Microrregião de Tubarão	Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão, Paulo Lopes.
	Microrregião de Criciúma	Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

Quadro 01: Mesorregiões do Turismo Rural Catarinense
Fonte: Coleta de Dados (2010 – 2011)

4.1 SUPORTE CULTURAL DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Para que se criassem suportes culturais nos municípios investigados, fez-se necessário que as populações destes municípios entendessem ser preciso construir um território cultural das Encostas da Serra Geral Catarinense, a partir da participação e decisiva organização das entidades comunitárias. Um eixo de objetivos e metas comuns foi o passo inicial e de distintas maneiras agricultores associados à AGRECO e AAAC, comerciantes e pesquisadores das Encostas nos foram

colocando como este processo foi ocorrendo de 1996 aos dias atuais (Uller, 2005; Slapnicka 2008; Oliveira, 2009; Cunha-Lima, 2009 e Orofino, 2011).

Esse eixo comum nasceu de um aprendizado via assembleias, oficinas, cursos, seminários e outros eventos em que se discutiu sobre as especificidades dos municípios das Encostas ressaltando-se o que Orofino (2011, p. 76) denomina de 'elementos que caracterizam a paisagem cultural' das Encostas.

O interessante é perceber que no trabalho de Uller (2005) esta questão já é vislumbrada pela autora quando esta cita o orgulho que os agricultores passam a ter da sua paisagem natural a partir das atividades ligadas a agroecologia. Isto porque, a agroecologia foi construída na região enfatizando a necessidade da preservação das florestas exuberantes e dos recursos hídricos das Encostas, como ponto de partida não apenas para aumentar a produção agrícola, mas, também como um recurso 'cênico' e paisagístico capaz de atrair pessoas para visitas de reconhecimento e contemplação.

Estes discursos tornaram possíveis, nos treinamentos e capacitações, bem como nos encontros sociais das comunidades no mesmo município ou entre os municípios vizinhos, uma construção 'patriótica' que não apenas buscava elementos para mostrar o potencial eco - ambiental das Encostas e mesorregiões vizinhas, mas, também criar empoderamento e um sentido de pertencimento cultural. A agricultura orgânica implantada inicialmente em Santa Rosa de Lima e depois estendida a outros municípios, assim como o turismo rural no formato agroturismo, trouxeram outros elementos importantes nesta construção 'patriótica' de amor e pertencimento, são eles: a colonização europeia com as tradições edificadas (casas), as festas, a gastronomia e a capacidade de trabalho, ainda que em situações difíceis, tais como plantar em relevos acidentados e montanhosos (Acolhida na Colônia, 2011; Agreco, 2011).

Sobre isto, se falou e discutiu nas organizações comunitárias frequentadas por adultos que se estenderam aos jovens via escola e entidades como o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) e o Fórum Municipal da Juventude de Santa Rosa de Lima. E porque foi importante a discussão entre estas organizações comunitárias de jovens filhos de agricultores? O que foi mais importante, segundo Cunha-Lima (2009), foi à criação de um discurso entre os jovens

e seus pares, de que as Encostas é um território viável para continuar vivendo e trabalhando. A mídia auxiliou nesse processo enfatizando a capacidade de trabalho nos municípios das Encostas para os jovens, sem com isto impedir que este faça sua formação em uma universidade por exemplo.

Nesse 'novo' contexto os suportes culturais se associam ao educacional visto a importância que os agricultores passam a dar a educação formal não apenas para seus filhos, mas, para eles próprios. Seja no retorno ao estudo de formação convencional ou as capacitações oferecidas pelas organizações comunitárias.

4.2 SUPORTE ECOAMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

O levantamento para este tópico foi realizado junto às fontes oficiais complementado com coleta de informações mediante entrevista do tipo não diretiva a outras fontes, tais como: agricultores, técnicos e consultores que atuam na região. Os resultados diretamente apontam suportes voltados para o desenvolvimento agrícola e meio ambiente com interesse para o turismo rural comunitário de acordo com o enfoque adotado neste projeto. Neste sentido, duas instituições se destacam nas ações consideradas de maior pertinência e/ou relevância para o suporte e o planejamento do turismo rural de base comunitária no âmbito conservacionista e ambiental.

A primeira instituição é um órgão ambiental da esfera estadual vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável do Governo de Santa Catarina, criada em 1975 que tem como missão garantir a preservação dos recursos naturais do estado. Destacou-se como atuação de maior interesse para os resultados da presente pesquisa a gestão das Unidades de Conservação Estaduais, onde a natureza original é preservada e pesquisada e incide diretamente sobre algumas áreas protegidas nas M5 e M6 com a permissão do uso público que poderá ser relacionado ao turismo rural, exceção para a Reserva Biológica do Aguai, esta destinada exclusivamente para a preservação e para pesquisas (Epagri, 2011).

A segunda instituição está vinculada ao Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca nasceu em 1991 e tem por missão gerar 'conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da

sociedade'. Possui entre os seus objetivos promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais com vistas a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro. Neste sentido, destacam-se as seguintes ações de interesse para o turismo rural de base comunitária: a criação dos **faróis agroecológicos** que são propriedades modelo ou unidades de observação experimentais que apresentam resultados em agricultura ou pecuária/pesca agroecológica/orgânica que merecem ser divulgados. Normalmente estas propriedades faróis servem para difundir tecnologias agroecológicas e estão associadas a algum tipo de **projeto de agroecologia** voltado para experiências exitosas em rizicultura, horticultura, fruticultura de clima temperado, plantas bioativas, bovinocultura, manejo do solo, entre outros.

As duas instituições unidas atuam e são parceiras das organizações comunitárias não governamentais, na construção de cenários culturais e ecoambientais nas propriedades agrícolas, destacando práticas vistas como relevantes no cotidiano do trabalho e do turismo rural de base comunitária do tipo agroturismo. No âmbito das inovações técnicas e tecnológicas podem ser destacadas as seguintes práticas e atividades: **pastoreio Voisin** (pasto rotativo), reativação de **engenhos com roda d'água**, uso do calendário biodinâmico astral pela **permacultura** para orientar o cultivo de hortaliças e melhorar a qualidade do produto, manejo de espécies de **abelhas sem ferrão**. No âmbito da sustentabilidade ambiental, podem ser destacadas ainda ações e atividades, relacionadas ao saneamento, destinação de resíduos, reciclagem, controle de contaminação e capacitação ambiental e **coleta seletiva** feita pela família do agricultor em sua propriedade.

Todas estas ações são vistas como interessantes e bastante procuradas por certos grupos de visitantes / turistas interessados na preservação do patrimônio natural do planeta e na inclusão social das comunidades / populações tradicionais que podem ser partícipes ativos nesse processo. Embora seja um tipo de atividade não dirigido às massas, vem encontrando um fértil espaço e interesse em certos grupos populacionais urbanos formados por professores, técnicos e até mesmo agricultores de outras regiões do Brasil e do exterior (Pires, Anjos, Oliveira & Silva, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da pesquisa realizada, fica a convicção de que as organizações comunitárias, sejam privadas ou públicas, são capazes de promover fortes movimentos sociais, sustentadas pela autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços e vendas de produtos oriundos de distintos segmentos laborais.

A característica deste formato de organização é a sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, que tem por base e meta o diálogo entre as populações urbanas e rurais, através de encontros interculturais de qualidade, na perspectiva de conhecer e aprender com as diferenças inerentes a nossos respectivos modos de vida.

A organização comunitária é hoje fundamental para a economia social, porque mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum e as distintas formas de gerar ocupação e meios de vida de seus participantes. A finalidade final não está direcionada somente ao lucro de natureza econômica, nem a apropriação individual dos benefícios gerados, mas, uma distribuição equilibrada dos resultados para a melhoria e o bem estar das pessoas através de investimentos em projetos sociais que possam gerar uma produção ética, sustentável e 'limpa'.

Nessa perspectiva, o turismo é uma atividade que auxilia no processo de valorização do patrimônio comunitário. Algo que vai de encontro aos desejos e sonhos de comunidades cada vez mais conscientes do potencial que seus bens patrimoniais (o conjunto de recursos humanos, culturais e naturais) têm de gerar formas inovadoras de gestão sustentável de seus territórios.

Os princípios que norteiam este paradigma com o qual o turismo se defronta se deriva de um novo olhar sobre o planeta em que vivemos. Ou seja, uma visão holística em que o homem e a natureza formam parte de uma unidade total e indivisível, baseada em princípios solidários e harmônicos que estão além das convenções aprendidas sobre status, classe social, classe econômica e conhecimento científico.

Podemos ainda afirmar, que neste novo olhar, o valor humano pretendido está ligado ao patrimônio comunitário, com todos os conhecimentos pertinentes a ele: valores, crenças, práticas, técnicas, habilidades, instrumentos, lugares, as pessoas e suas representações.

REFERÊNCIAS

Acolhida na Colônia. (2011). Cultura. Disponível em: <<http://www.acolhidana.com.br>>. Acesso em: junho de 2011.

Agreco. (2011). *Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral*. Disponível em <<http://www.agreco.com.br>>. Acesso em: junho de 2011.

Almeida, J. A. & Riedl, M. (2001). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, São Paulo: EDUSC.

Arnhold Juniór, R. M. (2006). *Turismo rural ético: o agroturismo de Santa Rosa de Lima*. 110f. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria). Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.

Atlas Virtual de Santa Catarina. (2008). *Mapa das Mesorregiões e Microrregiões Catarinenses*. Disponível em <<http://www.belasantacarina.com.br>>. Acesso em junho de 2011.

Bartholo, R.; Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (2009). *Turismo de base comunitária – diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Carneiro, M. J. & Maluf, B. (2007). *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezenove/zeze19.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

Cunha Lima, F. B. ; Oliveira, L. S. & Silva, Y. F. e . (2011). Análise do Discurso Midiático do Projeto "Acolhida na Colônia" na Atividade do Agroturismo em Santa Rosa de Lima - SC. *Pasos (El Sauzal)*, 9 (2), 449-458.

Cunha Lima, F. B. (2009). *O agroturismo em Santa Rosa de Lima – SC: um estudo dos discursos midiáticos e suas influências na gestão da atividade*. 155f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria). Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.

EPAGRI. (2011). *Espaço rural em Santa Catarina*. Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em junho de 2011.

Fatma. (2010). *Caracterização Institucional*. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=75&Itemid=166>. Acesso em mai, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. (2007). *O novo rural*. Campinas: Unicamp.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2000). *Caracterização das Mesorregiões e Microrregiões de Santa Catarina*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr, 2011.

Minayo, M. C. de S. (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (10ª ed.) São Paulo: Hucitec-Abrasco.

Oliveira, L. S. (2009). *Agroturismo em Santa Rosa de Lima- SC: os Discursos sobre o Modelo implantado e a Socialização do 'saber' nas produções construídas de 2002- 2007*. 2009. 115f. Dissertação (Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.

Oliveira, L. S.; Silva, Y. F. (2008). A Importância e as Relações entre Paisagem e a Atividade Turística: o caso de Santa Rosa de Lima- SC. In: *SEMINARIO EM PESQUISA DE TURISMO DO MERCOSUL*, 5, 2008. Anais. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.

Orofino, G. G. (2011). *Encostas da Serra Geral de Santa Catarina: estudo preliminar e proposição para que seja requerida a chancela da Paisagem Cultural Brasileira*. 120f. Monografia. (Graduação em Agronomia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC.

Pires, P. dos S. ; Anjos, F. A. ; Oliveira, J. P. de & Silva, Y. F. e . (2009). Estruturação de matriz de impactos do Turismo: o caso do Agroturismo no município de Santa Rosa de Lima/SC. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo [RBTUR]*, 3 (2), 68-89.

Portuguez, A. P. (2002). *Agroturismo e desenvolvimento regional*. São Paulo: Hucitec.

Rodrigues, A. B. (2001). Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: Almeida, J. A. & Riedl, M. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: EDUSC.

Ruschmann, D. V. M. & Solha, K. T. (2007). *Turismo: uma visão empresarial*. Barueri, SP: Manole.

Selva, V. S. F. (1998). Experiências do turismo rural no agreste meridional de Pernambuco. In: Lima, L. C. *Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico*. Fortaleza: UECE.

Silva, Y. F. e ; Cunha Lima, F. B. & Oliveira, L. S. (2010). Um Olhar Sobre os Discursos Acadêmicos e Midiáticos do Agroturismo em Santa Rosa de Lima. *Revista brasileira de pesquisa em turismo (RBTUR)*. 4 (2), 41-53.

Silva, L. (2007). A procura do turismo em espaço rural. *Etnográfica*. 11 (1), 141 – 163.

Slapnicka, M. Z. (2008). *A organização social e divisão do trabalho das famílias agricultoras que atuam no agroturismo de Santa Rosa de Lima-SC*. 168f. Dissertação. (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Programa de Pós – Graduação Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.

Tulik, O. (2003). *Turismo rural*. São Paulo: Aleph.

Uller, C, D. (2005). *O agroturismo de Santa Rosa de Lima SC: características e singularidades da hospedagem familiar*. 131f. Dissertação. (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Programa de Pós Graduação Stricto Sensu Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.